

AS CONCEPÇÕES DE FAMÍLIA AO LONGO DA HISTÓRIA: CONSIDERAÇÕES PARA SE PENSAR A INCLUSÃO NA CONTEMPORANEIDADE

CONCEPTIONS OF FAMILY THROUGHOUT HISTORY: CONSIDERATIONS FOR THINKING ABOUT INCLUSION IN CONTEMPORARY TIMES

¹Valéria Lúcia Ferreira de Sousa

²Matusalém de Brito Duarte

¹Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais.
E-mail: valerialuciaf@hotmail.com

²Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais.
E-mail: matusalem@cefetmg.br

Artigo aceito em 26/05/2024 e publicado em 06/03/2025.

Resumo: Nos últimos anos, temos percebido que temáticas voltadas a inclusão de pessoas com deficiência na educação vem sendo cada vez mais propagada em nosso meio. E discutir essa realidade, nos faz repensar de que maneira a inclusão tem contribuído para aqueles que apresentam dificuldades, devido a sua condição. Para tanto, se faz necessário se pensar na inclusão escolar na contemporaneidade, haja vista que já tornou realidade nas redes públicas de ensino o aumento relevante do número de pessoas com deficiência. Esse fato tem consequentemente influenciando no acesso dessas, no mundo do trabalho, pois aumenta as possibilidades de incluí-las nesse mercado. Sendo assim, se torna primordial refletirmos sobre esse assunto nos dias atuais e como as famílias de pessoas com deficiência percebem o processo de inclusão em nosso cotidiano. Diante disso, buscamos com esse artigo compreender as concepções de família ao longo da história para se pensar a inclusão nos dias atuais. Acreditamos que seja essencial ter o conhecimento de família e de que família estamos falando. Pois não podemos falar de família se não nos aprofundarmos para compreendê-la melhor. Para tanto, realizamos um estudo teórico sobre o conceito de família nos pautando na perspectiva da inclusão de autista, não de forma integratista ou adaptativa, mas sim sob o ponto de vista de uma sociedade inclusiva, de forma a contribuir com pesquisas que envolvam a família como protagonista fundamental do processo inclusivo. Essa pesquisa teórica, desempenhou um papel fundamental nesse estudo, nos permitindo conhecer e compreender os vários arranjos familiares em nossa sociedade. Os resultados revelaram que a família é vista como a primeira agencia educacional do ser humano, trazendo grandes influencias nas relações deste, com o mundo. No passado, na era medieval, era normal os casais e filhos viverem misturados no mesmo ambiente com outras pessoas que não eram do seu vínculo familiar. Também nos mostrou que era comum encontrarmos famílias compostas por uma estrutura nuclear pai, mãe e filho. Entretanto, na atualidade de acordo com as pesquisas realizadas, ficou em evidências novos arranjos familiares, como: Filhos que moram sozinhos quando adultos, filhos que moram só com a mãe, ou pai, ou avós, bem como a formação de um núcleo familiar a partir de uma união homoafetiva. Sendo assim, não podemos mais dizer, que existe só um tipo de família.

Palavras-chave: Família; autista; conceito; inclusão.

Abstract: In recent years, we have noticed that themes focused on the inclusion of people with disabilities in education have been increasingly propagated in our environment. And discussing this reality makes us rethink how inclusion has contributed to those who have difficulties due to their condition. To this end, it is necessary to think about school inclusion in contemporary times, given that a significant increase in the number of people with disabilities has already become a reality in public education networks. This fact has consequently influenced their access to the world of work, as it increases the possibilities of including them in this market. Therefore, it is essential to reflect on this issue today and how families of people with disabilities perceive the process of inclusion in our daily lives. In view of this, with this article we seek to understand the conceptions of family throughout history to think about inclusion today. We believe that it is essential to have knowledge of family and which family we are talking about. Because we cannot talk about family if we do not delve deeper to understand it better. To this end, we carried out a theoretical study on the concept of family, guided by the perspective of the inclusion of autistic people, not in an integrative or adaptive way, but rather from the point of view of an inclusive society, in order to contribute to research involving the family. as a fundamental protagonist of the inclusive process. Over the years, several significant changes have occurred in family organization, making it possible to observe them based on the theoretical studies carried out. For some authors, the family is seen as the first educational agency of human beings, bringing great influences on their relationships with the world. In the past, in medieval times, it was normal for couples and children to live together in the same environment with other people who were not part of their family. It was also common to find families made up of a nuclear structure of father, mother and child. But nowadays, according to research carried out, new family arrangements have become evident, such as: Children who live alone as adults, children who live only with their mother, or father, or grandparents and also the formation of a family nucleus from a same-sex union. Therefore, we can no longer say that there is only one type of family.

Keywords: Family; autistic; concept; inclusion

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a temática da inclusão vem perpassando o debate na educação e no mundo do trabalho sobre a necessidade de inclusão de pessoas com deficiência nesses espaços. Pois falar de inclusão nos leva a reflexões sobre a importância de se compreender o que de fato seja incluir uma pessoa com deficiência no âmbito escolar e das oportunidades desses sujeitos adentrar no mundo do trabalho.

As instituições escolares enquanto uma das principais instituições para a construção do conhecimento tem sido de alguma forma desafiada a tornar-se inclusiva, ou seja, um lugar para expressão das diferenças respeitando a singularidade e especificidades de cada ser humano. De forma que todos tenham os mesmos direitos ao acesso ao conhecimento.

Dá mesma forma, é fundamental que aja uma reflexão sobre a entrada das pessoas com deficiência no mundo do trabalho, promovendo a inclusão social. De modo a respeitar a diversidade de cada sujeito com deficiência em todos os espaços sociais, buscando a sua emancipação.

E diante de uma realidade marcada pela exclusão e principalmente pelo preconceito, percebe-se que a família como instituição primeira de contato com os sujeitos, traz consigo

expectativas, anseios e angústias com relação à entrada dos filhos na educação regular e no mercado de trabalho.

Nesse contexto, o objetivo deste artigo é discutir os diversos conceitos de família ao longo da história para compreendermos como ela se organiza na contemporaneidade a partir dos atravessadores psicopolíticos do neoliberalismo. Visa também contribuir para as discussões sobre inclusão, à medida que há expectativas das famílias sobre o processo de inclusão na escola e no mundo do trabalho.

A proposta foi desenvolvida nas unidades de ensino da rede estadual do Município de Carmo do Cajuru/MG, tendo como sujeitos da pesquisa os pais de alunos do oitavo e nono ano e pais de estudantes da Educação infantil e Ensino Fundamental anos iniciais que são atendidos no Centro Municipal de Apoio Educacional Especializado, restringindo-se aos autistas.

2 PROCESSOS METODOLÓGICOS/MATERIAIS E MÉTODOS

Já que o intuito da pesquisa realizada foi compreender as expectativas das famílias, se torna imprescindível buscar o conceito e discernir que família é esta, ou seja, saber um pouco das estruturas familiares existentes na sociedade ao longo da história. Acreditamos que esse conhecimento vai contribuir para o nosso referencial teórico, uma vez que, falar de inclusão na atualidade é preciso ter o conhecimento de família e de que família estamos falando e ao fazer pesquisa com essa temática, precisamos nos aprofundar para compreendê-la melhor.

Para tanto, realizamos um estudo teórico sobre o conceito de família nos pautando na perspectiva da inclusão de autista, não de forma integratista ou adaptativa, mas sim sob o ponto de vista de uma sociedade inclusiva, de forma a contribuir com pesquisas que envolvam a família como protagonista fundamental do processo inclusivo.

Em outras palavras, buscamos “fugir” da ideia de uma inclusão baseada na integração em que as pessoas com deficiência passam a ser toleradas em sociedade, com direito a aprender e conviver com seus pares passando a serem integradas no ensino regular (FORESTI & BOUSFIELD, 2022).

Porém, a inclusão dessas pessoas no ensino regular ou em qualquer outro espaço na sociedade, deve ir além da integração, e sim sob uma perspectiva inclusiva, em que a inclusão seja um movimento de valorização da diversidade humana, independente das características individuais. De forma que o sujeito não cessa de ser um sujeito, mesmo que seu corpo seja “deficiente”. O fato de haver algo biológico em jogo não exclui a particularidade do espaço de constituição do sujeito como falante (LAURENT, p.33,2022).

E para compreender melhor a ideia do que seja uma família, propusemos realizar uma pesquisa teórica sobre o conceito de família. Na qual se faz necessário investigar a partir de uma revisão bibliográfica. E sabemos que para realizar um estudo mais apurado, tem de haver uma curiosidade intelectual que contribua para melhor conhecimento do que vai ser explorado, através de uma pesquisa ou estudo. Buscando uma conexão contextual, pois, ao fazer uma revisão bibliográfica encontramos uma gama de conceitos do que está sendo pesquisado ou explorado (STAKE, 2011).

Para tanto, utilizaremos referenciais teóricos que contribuam com as variadas concepções sobre o tema em questão. Pois acreditamos que esses autores possuem base teórica clara e fidedigna dando base e sustentação para a investigação que se pretende realizar. Diante dessa expectativa, nos apoiaremos nos seguintes pesquisadores que discutem o conceito de família na pesquisa: Ariès (1986), Brasil (1991), Roudinesco (2003), Gaulejac (2007), Oliveira e Araújo (2010), Civiatta e Ramos (2011), Demeinenech (2013), Santos

(2014), Kehl (2017), Pagni (2019), Orsi (2020), Dantas e Soares (2022), dentre outros, que são essenciais, pois trazem contribuições relevantes para nossa pesquisa.

Como esse artigo se trata de uma pesquisa teórica, apresentaremos no tópico “O conceito de família ao longo da história” o referencial teórico juntamente com os resultados de discussões. Uma vez que o objetivo dessa pesquisa é o de discutir e analisar os diversos conceitos de família ao longo da história, buscamos desse modo contribuir teoricamente com futuros trabalhos que têm como objetivo relacionar o papel dessa instituição com os processos de inclusão.

3 O CONCEITO DE FAMÍLIA AO LONGO DA HISTÓRIA

Sabemos que a família é considerada a primeira instituição onde os vínculos são criados, e é nesse espaço familiar que a cultura começa a ser inserida e as crianças e adolescentes vão se apropriando das interações sociais as quais são expostas. E, ao mesmo tempo que são expostas ao meio, a família transforma e é transformada pelo ambiente onde está vinculada. Podemos dizer nesse contexto, que a cultura influencia e é influenciada pelos sujeitos e nesse movimento o sujeito constrói a sua história.

De acordo com Oliveira e Araújo, “a família é considerada a primeira agência educacional do ser humano e é responsável, principalmente, pela forma com que o sujeito se relaciona com o mundo, a partir de sua localização na estrutura social” (OLIVEIRA e ARAÚJO, 2010, p.2). Segundo Demenech (2013), para compreendermos as mudanças internas dentro da instituição familiar, primeiramente necessitamos entender o contexto desta e sua inserção dentro da sociedade, isto é, a construção do conceito de família ao longo do tempo.

Diante deste contexto, falar do conceito de família se torna inevitável, pois conhecer e compreender um pouco das estruturas familiares existentes na sociedade ao longo da história, se faz pertinente para minha pesquisa. Já que as famílias que tem filhos autistas serão o meu objeto de investigação, precisamos compreender em qual contexto essas famílias estão inseridas, para que possamos compreender como se relacionam com questões relacionadas ao mundo do trabalho.

Sabemos que para a pessoa com TEA entrar no mundo de trabalho, não é tão simples, pois terá que enfrentar desafios advindos de uma sociedade onde as desigualdades aumentam a cada dia. Entretanto, a entrada da pessoa com TEA no mundo do trabalho, vai trazer alguns benefícios ao sujeito com TEA, desde que o trabalho seja visto como:

princípio educativo[...] que visa proporcionar aos sujeitos a compreensão do processo histórico de produção científica, tecnológica e cultural dos grupos sociais considerada como conhecimentos desenvolvidos e apropriados socialmente, para a transformação das condições naturais da vida e para a ampliação das capacidades, das potencialidades e dos sentidos humanos (CIAVATTA e RAMOS, 2011, p.31;32).

Se o trabalho for compreendido como nos mostra Civiatta e Ramos, a pessoa com transtorno do espectro autista poderá ver suas capacidades e potencialidades serem desenvolvidas de uma forma mais natural, ampliando nesse espaço profissional o seu fortalecimento de vínculos, melhorando sua qualidade de vida, e também fazendo parte da inclusão social, enquanto sujeito de direito.

Porém mesmo sabendo dos benefícios de uma pessoa com deficiência no mercado de trabalho, alguns desses indivíduos continuam passando por um processo de exclusão, ou seja, lhes são negados o acesso aos bens e serviços que são inerentes a todos, como por exemplo:

igualdade de oportunidades e de condições com as demais pessoas, acessibilidade, reconhecimento de suas habilidades e capacidades e podemos incluir a esta lista a garantia do acesso das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, este último garantido pela Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 (BRASIL,1991).

E para compreendermos melhor, essas mudanças, acreditamos ser importante recorrermos a algumas obras que vão nos direcionar quanto as mudanças ocorridas no conceito de família ao longo dos anos, pois as relações familiares são construções humanas, sendo assim, elas nem sempre foram como na atualidade, aja vista que a interação entre as pessoas é passível de mudanças de acordo com o tempo e espaço que elas acontecem.

Um dos estudos sobre família, que relata como ela se organiza ao longo da história, é o livro História Social da Criança de Philippe Ariès (ARIÈS, 1986), onde o autor traz relatos importantes da trajetória da família medieval à família moderna.

Segundo esse estudo, no período medieval, por exemplo, era comum junto ao casal e filhos, as pessoas viverem misturadas umas com as outras no mesmo ambiente, onde os parentes, as pessoas próximas, amigos e criados, ficavam juntos sem causar nenhuma estranheza, como se fossem uma família. O que influenciava diretamente nas relações e intimidades familiares (ARIÈS,1986). Isso porque, segundo Ariès, “a densidade social, não deixava lugar para a família. Não que a família não existisse como realidade vivida: seria paradoxal contestá-la. Mas ela não existia como sentimento ou como valor” (ARIÈS, 1986, apud SANTOS, 2014, p.2).

Em outras palavras, podemos dizer que não havia um lugar reservado para intimidades e muito menos privacidade entre os familiares. Percebe-se que esse contato não era essencial, ou seja, não era levado em consideração as relações afetivas, isso porque outros indivíduos que não faziam parte dessa comunidade atravessavam esse relacionamento familiar.

Segundo Ariès, a família não mantinha as próprias crianças em casa, elas eram enviadas a outras famílias diferentes, para que essas se responsabilizassem pelo o ensino de algum ofício, ou seja, elas eram preparadas para serem inseridas na vida adulta e desde muito cedo o convívio familiar não era possível. Isso porque a transmissão do conhecimento era realizada de uma geração a outra, a partir do contato constante com o mundo adulto (ARIÈS,1986).

Com isso, os filhos escapavam de sua própria família, mesmo que voltasse a ela mais tarde, depois de mais velho, o que nem sempre acontecia, pois esse fato impedia os membros da família de nutrir um sentimento mútuo entre eles, o que não quer dizer que não existia amor nessa relação (ARIÈS,1986).

A família nesse caso, era uma realidade moral e social, mais do que afeto, ou seja, não havia clima sentimental entre os membros da família, porque a preocupação maior era que as crianças aprendessem um ofício. E esse ofício, era por meio dos afazeres doméstico, como administrar uma casa, por exemplo.

E para que a aprendizagem se tornasse efetiva, era ensinado a criança tudo aquilo que o mestre trazia de conhecimentos acumulados em sua vivência, ou seja, tudo aquilo que ele tinha como “verdade”, suas crenças, seus valores, sua prática em realizar determinadas tarefas, enfim, todo conhecimento acumulado no decorrer dos anos. E esses aprendizes eram os filhos de outra família, e não os da sua linhagem (ARIÈS,1986).

A criança aprendia pela prática, ou seja, aprendiam fazendo, colocando a mão na massa, podemos dizer assim. Aprendiam a viver por meio do contato cotidiano do mundo dos adultos. E essa prática não parava nos limites de uma profissão, ainda mais porque naquela

época não havia limites entre profissão e a vida particular, ambas se mesclavam (ARIÈS,2022).

Na família medieval, as crianças, não podiam ir para a escola, pois esse privilégio era dado apenas para os clérigos, ou seja, as crianças não tinham o direito à escolarização. E o clérigo por sua vez, mesmo indo à escola, tinham também que servir alguém, no caso um padre ou outra autoridade eclesiástica, se tornando também um aprendiz, pois a regra comum a todos era a aprendizagem (ARIÈS,1986). Ainda de acordo como mesmo autor,

a família cumpria uma função que assegurava a transmissão da vida, dos bens e dos nomes, mas não penetrava muito longe na sensibilidade. Os mitos, como o do amor cortês, desprezavam o casamento, enquanto as realidades como a aprendizagem das crianças afrouxavam o laço afetivo entre pais e filhos (ARIÈS,1981. p.27).

Como podemos perceber, na Idade Média não havia uma preocupação com os laços afetivos. O que não quer dizer que as crianças eram deixadas ao seu bel prazer pelos seus familiares. A aprendizagem era dada por um viés coletivo, em meio a uma sociabilidade que não levava em conta a faixa etária do indivíduo e com isso a singularidade de cada sujeito não era valorizada ou não era vista pelos adultos. Isso porque, os bens materiais, um bom nome, eram os valores e princípios regidos na instituição familiar. E esses princípios e valores, nem eram dados pela família de origem e sim, por outra família que embutia em seus filhos uma experiência de vida distante da que os pais de origem vivenciavam no seu cotidiano.

Essas crianças passavam despercebidas, eram ignoradas pelo mundo medieval. As questões individuais e afetivas não eram levadas em consideração e percebemos nessa dinâmica familiar certa frieza e também um sentimento de não pertencimento dos filhos a instituição familiar de origem, por passarem a maior parte do tempo fora de suas residências.

Esse tipo de família vivia sob um regime patriarcal, os filhos mantinham um casamento arranjado pelos pais, a vida sexual e a intimidade entre eles não era prioridade e nem mesmo a idade para contrair matrimônio, casavam-se em idade precoce (ROUDINESCO,2003).

Neste contexto, o modelo de família de outrora se enfraquece, a preocupação em assegurar a transmissão de vida, os bens materiais, e zelo pelo nome, muda de foco. “Tornando-se o receptáculo de uma lógica afetiva cujo modelo se impõe entre o final do século XVIII e meados do XX. Fundada no amor romântico, ela sanciona a reciprocidade dos sentimentos e os desejos carnis por intermédio do casamento” (ROUDINESCO, 2003, p.12). A aprendizagem que antes era dada por outras famílias que não a de origem da criança, passa a ser ministrada na escola, surgindo assim uma nova preocupação,

O extraordinário desenvolvimento da escola no século XVII foi uma consequência dessa preocupação nova dos pais com a educação das crianças. As lições dos moralistas lhes ensinavam que era seu dever enviar as crianças bem cedo à escola (...). A família e a escola retiraram juntas a criança da sociedade dos adultos. A escola confinou uma infância outrora livre num regime disciplinar cada vez mais rigoroso, que nos séculos XVIII e XIX resultou no enclausuramento total do internato. A solicitude da família, da igreja, dos moralistas e dos administradores privou a criança da liberdade de que ela gozava entre os adultos (ARIÈS, 1978, p. 277-278).

Como já mencionamos, a escolarização não era direito de todos e sim reservada aos clérigos. Na modernidade, a educação passou a ser ministrada pela escola, como uma atividade social, iniciando assim a passagem do mundo das crianças e o dos adultos (ARIÈS,1986). O fato de a escola não ser mais restrita apenas para o clérigo, vem carregada de um simbolismo, ou seja, por de trás dessa evolução vem os desejos morais dos educadores e também da família (ARIÈS,1986).

Os primeiros acreditavam que a juventude estando na escola, ela estava longe do mundo sujo e livre das tentações do adulto. Enquanto que a segunda tem a preocupação de vigiar seus filhos mais de perto e assim promover uma aproximação entre pais e filhos, aumentando os laços sentimentais entre eles. Com isso, a família e a escola tornaram-se responsáveis pela retirada da criança da sociedade dos adultos. (ARIÈS,1986)

Como podemos ver, há um fortalecimento das instituições tanto no fornecimento de uma educação disciplinar para os ditos “normais” como no confinamento dos “anormais”, de modo a garantir o funcionamento da sociedade sob um viés de “inclusão”, mas sem qualquer tipo de integração social.

Segundo Pedro Angelo Pagni, ao abordar o processo de “normalização” como estratégia de inserção dos sujeitos fora da normalidade na sociedade, em diversos contextos, resgata os estudos de Michel Foucault apontando que da passagem da Idade Média para a Idade Moderna, há um deslocamento da segregação dos sujeitos “anormais”, como os leprosos, da “exclusão social” para o modelo da “inclusão confinada” dos sujeitos para controle do poder público. Passa-se de um modelo de rejeição para o que na época foi tido como inclusão, porém via confinamento daqueles que fugiam à normalidade demandada pela sociedade (PAGNI, 2019). Para Pagni,

desde a idade clássica, inicia -se uma distribuição das artes de governo e das tecnologias do poder que, antes de excluir, subjagam determinados tipos de sujeitos à normalização de suas condutas, de seus comportamentos e suas vidas. [...] para essas tecnologias positivas do poder, na qual se encontram as pistas de toda uma genealogia dos discursos sobre a inclusão e das práticas ditas inclusivas, a norma assume função política (PAGNI,2019, p.21).

Como podemos perceber, querem normalizar as pessoas com deficiência, é como se elas tivessem algum defeito que precisa ser consertado, que precisa ser regulado de modo a ter condutas que se aproximem da normalidade. Em outras palavras, buscam “corrigir os desvios com que se apresentam, de acordo com normas e tecnologias provenientes dos saberes médicos e pedagógicos” (PAGNI,2019, p.22).

E como se já não bastasse a questão da normalização do sujeito com deficiência para adentrar na sociedade, a família se vê à mercê de situações que a leva a fazer de tudo para que seus filhos superem suas deficiências. E na tentativa de inserir os seus filhos no contexto social normal, agora carregam em si mesmo a concepção de sujeito competitivo e a angustia de que mesmo inseridos no contexto social “normal”, precisam buscar recursos como terapias com terapeuta ocupacional, psicólogo, fonoaudiólogo, fisioterapia, neurologistas, entre outros profissionais. Pois, é jogado para as costas da família e produzindo nelas esse desejo e busca de tudo de que for possível para os filhos superarem suas deficiências, passando a ser é uma inclusão perversa.

Diante do pouco que vimos sobre o contexto familiar na Idade Média e Idade Moderna, trago a discussão da psicanalista Kehl (2017), que vem questionar em seu artigo, se a família tradicional é realmente o que queremos? A autora faz pontuações pertinentes relacionadas à família tradicional, o que nos remete ao tipo de família descrito por Ariès em 1986. De acordo com Maria Rita Kehl, psicanalista brasileira, em muitos consultórios psicanalíticos, as queixas relacionadas a família são inúmeras.

eu queria tanto ter uma família normal...!" Adolescentes filhos de pais separados ressentem-se da ausência do pai (ou da mãe) no lar. Mulheres sozinhas queixam-se de que não conseguiram constituir famílias, e mulheres separadas acusam-se de não ter sido capazes de conservar as suas. Homens divorciados perseguem uma segunda chance de formar uma família. Mães solteiras morrem de culpa porque não deram aos filhos uma “verdadeira família” (KEHL,2010, p.1).

Como podemos ver, muitos buscam a todo custo, manter ou construir uma família nos moldes tradicionais, ou seja, a “família verdadeira”, usando como referência o casamento de seus pais. Isto acontece por acreditarem que só existe um tipo de instituição familiar, em outras palavras, composta por uma estrutura nuclear pai, mãe e filho.

Outra questão referente aos novos arranjos familiares é a formação de um núcleo familiar a partir de uma união homoafetiva. Nesse modelo é comum a manifestação de um grande sofrimento, por buscarem constituir outro sistema familiar que foge dos padrões e regras ditadas pela sociedade. Hoje, porém, essa configuração se tornou uma instituição familiar como qualquer outra aceita na sociedade e foi reconhecida e aprovada pelo Supremo Tribunal Federal em 2011 e a partir de então não podemos dizer que existe só um tipo de família (DANTAS e SOARES, 2022).

Segundo Kehl, “atrás das falas dos pacientes, paira um discurso institucional que responsabiliza a dissolução da família pelo quadro de degradação social em que vivemos” (KEHL, 2010, p. 1). Sabemos que muitas são as demandas referentes aos relacionamentos familiares, porém não podemos alegar que tais dificuldades sejam pelo fato das mudanças ocorridas no conceito de família no processo histórico.

A mesma autora critica alguns profissionais, como psicólogos, pedagogos, religiosos, quando estes relacionam ou comparam as crises emocionais das pessoas, a mudanças ocorridas no conceito de família (KEHL, 2010). Para ela, quando esses profissionais dão explicação desse tipo, desconsideram outros fatores relacionados acima. Para Kehl, quando nos proferimos que

à família não é a mesma” já indica a crença de que em algum momento a família brasileira teria correspondido a um padrão fora da história. Indica que avaliamos nossa vida familiar em comparação a um modelo de família idealizado, modelo que correspondeu às necessidades da sociedade burguesa emergente em meados do século XIX (KEHL, 2010, p.2).

Como podemos observar, diante da provocação da autora, quando falamos das mudanças familiares, estamos dizendo que outrora já existiu uma família idealizada pela sociedade burguesa, uma família que mantinha um padrão de família aceitável, ou seja, onde o ideal de família se torna norma para uma determinada classe.

Se pararmos para pensarmos, de qual família estamos falando? Será que ideal é esse, onde temos de nos encaixar nos moldes das classes dominadoras? Estes questionamentos são aceitáveis, uma vez que não podemos naturalizar o conceito de família, pois em se tratando dessa instituição, como muitas outras, todas perpassam por um processo de construção social ou seja, uma produção humana.

Ainda seguindo o raciocínio de Kehl, nesse cenário de grandes mudanças e novas configurações familiares, ainda permanece o fato de constituir família a partir das necessidades, como o de criar filhos a partir de uniões amorosas. Isso ocorre independente se a união entre os casais são estáveis ou não. Para estes, em se tratando de questões legais, o pivô da união entre eles, são prioritariamente a satisfação imediata de seus desejos saciados (KEHL, 2010). Podemos dizer que vivem inconscientemente em “mundo fantasmático, em que o desejo é satisfeito e a falta é suprimida” (GAULEJAC, 2007, p.105).

Segundo Roudinesco (2003), a partir de 1960, a família “contemporânea” independente se a união vai ser duradoura ou não, se unem em busca de relações íntimas ou realização sexual, ocasionando assim o aumento de separações entre os casais, divórcios e recomposições conjugais e também trazendo um desconforto na transmissão da autoridade Para Kehl,

a família deixou de ser uma sólida instituição para se transformar num agrupamento circunstancial e precário, rígido pela lei menos confiável entre os humanos: a lei dos afetos e dos impulsos sexuais. O mal estar vem da dívida que nos cobramos ao comparar a família que conseguimos improvisar com a família que nos ofereceram nossos pais. Ou com a família que nossos pais ofereceram a seus filhos. Ou com o ideal de família que nossos avós herdaram das gerações anteriores, que não necessariamente o realizaram. Até onde teremos de recuar no tempo para encontrar a família com a qual comparamos a nossa? (KEHL, 2010, p.2).

Diante deste cenário, podemos hipotetizar alguns dos motivos pelos quais muitos familiares chegam até os consultórios psicológicos ou psicanalistas em busca de uma saída para o seu mal estar. Pois muitos, só estão repetindo os comportamentos advindos de seus familiares e estes de seus antepassados.

Se voltarmos à ideia de família na Idade Média e confrontar com o que vivenciamos hoje na instituição familiar no que se refere a aprender um ofício, vamos perceber os resquícios desse tempo, “quando a própria família está impregnada pelo modelo gerencial. Ela é encarregada de fabricar indivíduos produtivos [...] a criança é preparada para tornar seu tempo rentável” (GAULEJAC, 2007, p.181), sujeito de performance, mas como braço da equipe, os vínculos são fortes e o sucesso de um é de todos.

Segundo Gaulejac (2007), a família tem como protagonismo o desempenhar de sua função com propriedade, o de desenvolver um ser humano que produz, que traz lucro, ou seja, rentável. Isso implicou nas relações do casal, quando a esposa deixa de abdicar-se somente aos cuidados do esposo e filhos, passando a trabalhar e ter uma vida profissional assim como o seu marido, com igualdade de oportunidades e ambos devem conciliar a vida familiar, pessoal e profissional, de maneira a se tornarem livres, mas sem perder de vista o bem estar físico e intelectual de cada um (GAULEJAC,2007).

Ainda de acordo com esse mesmo autor, até o amor e a sexualidade do casal são respaldados pela ideologia gestonária. E não acaba por aí, pois os conflitos conjugais, as questões relacionadas à feminilidade e à masculinidade e as relações interpessoais entre os membros da família, tem cunho e ou caráter gerencialista (GAULEJAC,2007).

A família com essas crenças ideológicas de produtividade, nem os filhos escapam dessa visão e vão para a escola para aprenderem a serem produtivos, onde o sucesso, seja o desejo principal a ser almejado. E para amenizar a situação, o estudante não pode enxergar a escola como uma obrigação e sim como uma instituição que trabalha em prol de seu futuro. Portanto, essa não mede esforços para investir no sucesso do estudante, pois se isso não acontece, o insucesso passa a ser da família, assim como uma empresa que tem seu saldo negativado ao fazer o balanço (GAULEJAC,2007).

Diante deste contexto, é possível percebermos, o quanto que a família tem de aperfeiçoar para que seu filho seja sempre o melhor, isso porque ela acredita estar preparando-o para um futuro brilhante, de forma a ter condições de alcançar os melhores lugares, caso sejam obrigados a competir para conseguir um lugar de destaque em condições favoráveis para enfrentar as exigências do mercado de trabalho (GAULEJAC,2007). Isso porque,

o mercado [...] converte a educação em mercadoria (valor de troca) e atrela a esta uma formação para a competitividade planetária (ideias de eficiência, de desempenho e do ajuste do indivíduo à vida competitiva) – a formação humana cede lugar à formação de competências essenciais para a nação manter sua capacidade de competir no mercado global (ORSI,2020, p.7).

E as pessoas com o transtorno do espectro autista, como ficam, dentro de uma sociedade tão competitiva? Pois é sabido que para a pessoa com deficiência adentrar nesse mercado, não se pode usar o mesmo peso e a mesma medida que é usado para os ditos”

normais”, ou seja, não podemos usar os mesmos critérios de avaliação para a inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho.

Uma vez que, somos iguais no que se refere a direitos conquistados para todos, mas somos diferentes em nossas singularidades, desta forma não é justo colocar as pessoas com deficiência no embate da competição, como é visto em um sistema capitalista, onde é valorizado o capital humano, e ao mesmo tempo apto a concorrer com os demais. Essa atitude não é equitativa, pois não proporciona condições a concorrência de forma justa.

Se for pela lógica de que a pessoa com deficiência tenha de ter os mesmos requisitos cobrados para desempenhar certa função, essa nunca vai disputar ou até mesmo exercer atividades laborais, pois as pessoas com deficiência têm questões que lhes são oriundas e não podemos coagitar normalizá-las para poder ter acesso ao mercado de trabalho. Se assim o for, seria excludente promover tal atrocidade, uma vez que a normalização é um fenômeno imposto pela sociedade.

Para Gaulejac (2007), a família é vista como uma pequena empresa, e como empresa precisa mostrar as suas potencialidades, criar e educar os filhos para serem pessoas empregáveis, ou seja, que tenham condições de frutificar, já que são considerados como um capital. Porém, a família “deveria considerá-los não como um recurso, mas como o produto de uma história da qual ele procura se tornar sujeito” (GAULEJAC,2007, p.289).

Diante do que vimos até o momento, percebemos que muitos estão na busca de uma família perfeita e verdadeira, a ponto de negar, que a família nos dias atuais não são mais como as dos nossos antepassados, e com isso não se questiona que herança familiar é essa, deixada para nós, na qual muitos lutam para que permaneça. “Será a família tradicional a que realmente queremos?” (KEHL,2010, p.1). Fica uma reflexão, já que não temos o intuito de finalizar essa discussão.

E a questão de perfeição não fica só na questão familiar, ela também perpassa pelo o que é normal ou anormal de uma pessoa para viver em uma sociedade, que busca a todo momento segreguar, excluir os que fogem das regras ou padrões culturais de uma normalidade. E o modelo médico é um exemplo dessa padronização. Segundo Foresti e Silva,

entender a deficiência na perspectiva do modelo médico é localizá-la como sinônimo de doença que necessita ser curada [...] e ao colocar o corpo deficiente como uma doença, uma anormalidade e com funcionamento incorreto, o modelo médico sugere a existência de cura e a necessidade de avanços na área de medicina, da reabilitação e da genética, com o propósito de oferecer tratamento adequado para a melhoria do bem-estar dessas pessoas (FORESTI & SILVA, p.4,2022).

E o que buscamos na realidade, perpassa por outra vertente, de maneira que a inclusão não seja atrelada a uma normalidade a ser alcançada e nem coagitamos a inclusão como forma de confinamento. Acreditamos em uma inclusão em que as pessoas com deficiência sejam consideradas e respeitadas em suas diferenças e individualidades, ou seja, vistas como seres humanos com potencialidades e que essas sejam exploradas. Uma inclusão que não atinja apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral (MANTOAN, p,16,2003).

Dando ênfase, não nos sintomas que acarreta a deficiência ou naquilo que falta ou défices das pessoas com transtornos, mas que potencialize as habilidades que esse sujeito tem em suas vivências e relações com os seus pares (ORRÚ,2020).

Pois quando saímos da perspectiva da inclusão atrelada à normalidade, iniciamos um processo de transformação não só nas escolas, mas na sociedade em geral. Pois acreditamos que inclusão se faz com ética, respeitando todos as pessoas com suas diferenças e

subjetividades. Pois sabemos que cada pessoa com TEA é única, e essa variabilidade entre elas precisa ser levada em consideração.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após as leituras do nosso referencial teórico sobre as concepções de família ao longo da história: considerações para se pensar a inclusão na contemporaneidade, percebemos que a sociedade tem olhares diversificados sobre o contexto de família. Muitas dessas, enfrentam grandes desafios no que se refere a inclusão dos filhos com transtorno do espectro autista na sociedade e também acerca do ingresso no mundo do trabalho.

Mas temos que acreditar e trabalhar para que as pessoas com esse transtorno consigam vencer os obstáculos impostos no caminho e que a cada dia amplie suas conquistas, buscando sempre sua autonomia. E a família tem um papel importantíssimo a desempenhar: Mostrar para seus filhos e filhas que o fato de serem autistas, não os impedem de realizarem seus sonhos e que as diferenças não podem ser o seu destino. Pelo contrário, mostrar que são capazes e têm potencialidades para se tornarem independentes e autônomos a tal ponto de descobrirem caminhos diversos para se expressarem e dizerem ao mundo o que são capazes de realizarem (MANTOAN,2019, p. 9 apud Orú,2020).

Enfim, esperamos que esse artigo contribua com outros pesquisadores que desejam pesquisar mais sobre o tema. Que consigam perceber o quanto é importante combater o preconceito e a desigualdade, que vem assolando as famílias que tem filhos com o transtorno do espectro autista. Que saibam ampliar seu campo de visão, compreendendo a inclusão. Não apenas respeitando ou tolerando, mas vê-la a partir de uma perspectiva que se pauta pela igualdade de oportunidades, em que não existiria “normal ou anormal”, mas apenas seres humanos, aceitando qualquer outro ser humano, pronto para crescerem juntos (MUKHOPADHYAY,2003, apud Orrú,2019, p. 15).

5 REFERÊNCIAS

ARIÉS, Philippe. A história social da criança e da família. Tradução Dora Flaksman, 3º ed. Rio de Janeiro: LTC, 2022.

ARIÉS, Philippe. História social da criança e da família. Tradução Dora. Flaksman. Rio de Janeiro: LCT, 1978.

ARIÈS, P. História social da criança e da família. 2. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científico, 1981. Disponível em:
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5525040/mod_resource/content/2/ARI%C3%88S.%20Hist%C3%B3ria%20social%20da%20crian%C3%A7a%20e%20da%20fam%C3%ADlia_t ext.pdf. Acesso em 29 abr 2024.

ARIÉS, Philippe. História social da criança e da família. Tradução Dora Flaksman 2º ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986. Disponível em:
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5525040/mod_resource/content/2/ARI%C3%88S.%20Hist%C3%B3ria%20social%20da%20crian%C3%A7a%20e%20da%20fam%C3%ADlia_t ext.pdf Acesso em 21 mai 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Planos de Benefícios da Previdência Social. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18213compilado.htm Acesso em: 21 mai 2023.

ClAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil: dualidade e fragmentação. Retratos da Escola, v. 5, n. 8, p. 27-41, 2011. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/45> Acesso em: 01 de abril de 2023.

DANTAS, Carla Gabrielly Rodrigues. SOARES, Glauber Alves Diniz. Adoção homoafetiva: uma nova família no Brasil. 2022. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/22774> Acesso em 27 jan 2023.

FORESTI, Taimara; BOUSFIELD, Andréa Barbará da Silva. A compreensão da deficiência a partir das teorias dos modelos médico e social. Rev. psicol. polít., São Paulo, v. 22, n. 55, p. 654-667, dez. 2022. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2022000300010&lng=pt&nrm=iso. acesso em 04 maio 2024.

GAULEJAC, Vicente de. Gestão como doença Social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2007. Disponível em: https://www.academia.edu/40820885/GAULEJAC_Vincent_de._Gest%C3%A3o_como_doen%C3%A7a_social_-_Livro_Completo. Acesso em: 15 mar 2023.

KEHL, Maria Rita. Em defesa da Família Tentacular. 2010. Disponível em: <https://www.fronteiras.com/leia/exibir/maria-rita-kehl-em-defesa-da-familia-tentacular>. Acesso em: 28 jan 2023.

LAURENT, Éric. A batalha do autismo: da clínica à política. Tradução Claudia Berliner. 1^o ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer? 2003. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/INCLUS%C3%83O-ESCOLARMaria-Teresa-Egl%C3%A9r-Mantoan-Inclus%C3%A3o-Escolar.pdf>. Acesso em 28 abr 2024.

OLIVEIRA, Cynthia Bisinoto Evangelista, ARAUJO, Claisy maria Marinho, 2010. A relação família-escola: intersecções e desafios. Estudos De Psicologia. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/CM3Hj6VLtm7ZMxD33pRyhkn/?lang=pt#> Acesso em 30 jan 2023.

ORRÚ, Sílvia Ester. Aprendizes com autismo: aprendizagem por eixos de interesse em espaços não excludentes. 2^a ed. Atualizada e ampliada. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

ORSI, Caroline Pinto De Oliveira. A educação escolar entre a modernidade e pós-modernidade. Anais VII CONEDU - Edição Online... Campina Grande: Realize Editora, 2020. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/67579>. Acesso em: 05 abr 2023.

PAGNI, Pedro Angelo. Biopolítica, deficiência e educação: Outros olhares sobre a inclusão escolar. 2019. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/5twcy/pdf/pagni-9788595463332.pdf> Acesso 01 mai 2023.

STAKE, Robert E. Pesquisa Qualitativa estudando como as coisas funcionam. Disponível em: file:///C:/Users/MASTER/Downloads/pesquisa-qualitativa-estudando-como-as-coisas-funcionam-8563899333-9788563899330_compress.pdf. Acesso em 04 de mai 2024.

ROUDINESCO, Elisabeth, 2003. A família em desordem. Disponível em:
<https://docplayer.com.br/7503403-A-familia-em-desordem.html>. Acesso em 02 abr 2023.

SANTOS, Larissa Ap. Trindade dos. Percurso histórico da infância e das instituições de Educação infantil brasileiras. 2014. Disponível em:
http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20180403111422.pdf Acesso em: 21 mai 2023.